

Disputas de narrativas: as contribuições do debate decolonial para o campo do Planejamento Urbano

Clara Guimarães Melo, IPPUR/UFRJ¹

Resumo

Frente ao atual contexto de crise global e da necessidade de repensar as formas de ser e estar sobre os territórios, seria possível desvelar novos significados mediante velhas práticas de Planejamento Urbano e sugerir novas metodologias e atores? Qual o papel das Universidades quanto ao rompimento de uma narrativa eurocêntrica e elitista, que perpetua a dominação do conhecimento científico ocidental? O presente trabalho busca discutir sobre a colonialidade e seus rebatimentos sobre a esfera do Planejamento, a fim de contribuir para a construção de uma narrativa crítica que reconheça a pluralidade de saberes e práticas.

Palavras-chave: Planejamento urbano; colonialidade; descolonização; justiça social; América Latina.

Introdução

Um dos mitos mais influentes do século XX foi a crença de que a remoção das administrações coloniais resultaria automaticamente na descolonização global e na plena autonomia dos povos colonizados. Embora extintas, tais administrações permaneceram ativas sob diversas formas de poder do sistema-mundo capitalista moderno/colonial. Quijano (2014) afirma que essa manutenção se expressa em pelo menos três dimensões: a colonialidade do poder, a colonialidade do saber e a colonialidade do ser. Essas três perspectivas, articuladas, demonstram que a descolonização vai muito além da simples remoção de estruturas de poder colonial. Trata-se de um processo complexo e profundo que exige uma reavaliação das relações de poder, do conhecimento e da identidade.

No campo epistêmico, foi privilegiada a cosmologia e o conhecimento do Norte Global, que se apresentaram enquanto universalistas, neutros e objetivos. Essa perspectiva esteve fortemente associada à tradição científica ocidental que, apesar de reivindicar uma suposta neutralidade, promovia o ocultamento e marginalização de saberes associados a diferentes contextos culturais e históricos. Ou seja, a hegemonia epistêmica do Norte implicou no silenciamento das vozes do Sul

¹Doutoranda do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/ UFRJ)

Global e de grupos historicamente subalternizados, como povos indígenas, afrodescendentes e comunidades locais (QUIJANO, 2014).

Ao se debruçar sobre o campo do planejamento urbano, de modo geral, nota-se que os estudos continuam a reproduzir uma perspectiva ditada pelo Norte Global, presente desde os primeiros povoados urbanos portugueses até as recentes práticas de planejamento estratégico Catalão. A ótica colonial e eurocentrada parte da universalização de categorias de percepção, julgamento e ação, oriundas do centro, que desconsideram e subjugam outras formas de organização social, reforçando ainda mais as relações de dominação e opressão.

O que aconteceria se fosse retirada do centro de gravidade a narrativa do homem europeu de nossa compreensão histórica e cultural? Seria possível desvelar novos significados mediante velhas práticas de Planejamento Urbano e sugerir novas metodologias e atores? Qual o papel das Universidades quanto ao rompimento de uma narrativa eurocêntrica e elitista, que perpetua a dominação do conhecimento científico ocidental? O presente trabalho busca discutir sobre a colonialidade e seus rebatimentos sobre a esfera do Planejamento. Desse modo, busca-se contribuir para o resgate de múltiplos saberes e particularidades locais, a partir de uma variedade de projetos históricos ético-epistêmicos decoloniais.

Inicialmente, será proposta uma conceitualização do sistema-mundo capitalista moderno/colonial a partir da categoria de colonialidade, tendo em vista a problematização e tensionamento dos paradigmas hegemônicos que se apresentam como um ponto de vista universalista, neutro e objetivo. Para tanto, serão utilizados autores como Aníbal Quijano (2014), Boaventura de Sousa Santos (2009) e Ramón Grosfoguel (2009). Em seguida, busca-se promover uma ruptura ontológica em torno do conceito de planejamento urbano, a partir das perspectivas de Leonie Sandercock (1998) e Libby Porter (2010). E, por fim, serão apresentadas algumas contribuições do presente debate para a descolonização do planejamento e inclusão de saberes dos povos subalternizados, como indígenas, quilombolas e populações periféricas e rurais, que sempre foram objeto da imposição de modelos e práticas hegemônicas. Não se trata de uma rejeição do modo de planejamento tradicional, mas sim de uma descolonização do pensamento mediante a inclusão de valores, conhecimentos e significados que resultem em uma diversidade de formas de pensar e viver o espaço.

Neste contexto, o pensamento decolonial e suas dissidências são considerados importantes arcabouços teóricos para questionar as bases hegemônicas de produção do conhecimento pois fornecem ferramentas críticas que desafiam a centralidade da epistemologia eurocêntrica. Ao fazê-la, o pensamento decolonial reconhece e legitima a existência de uma pluralidade de práticas e saberes historicamente invisibilizados. Trazer essas abordagens para centro do debate acadêmico significa criar possibilidades de construção de novas epistemologias muito mais inclusivas.

Do colonialismo à colonialidade

Toda experiência social produz conhecimento, reafirmando-o e transformando-o ao longo do tempo. Nesse processo, as interações, práticas e contextos moldam as maneiras como compreendemos e interpretamos a realidade, o que implica que cada experiência pode se basear em uma ou mais epistemologias. Entretanto, nos últimos dois séculos, observou-se a predominância de uma única epistemologia, assentada na diferença cultural do mundo moderno cristão ocidental e no contexto político do colonialismo e do capitalismo. Essa diferença foi tão marcante que deslegitimou práticas e conhecimentos divergentes dos interesses da missão colonizadora, promovendo o apagamento ou silenciamento de formas de conhecimento e saberes. Essa epistemologia hegemônica conferiu à ciência a exclusividade do conhecimento válido, dificultando, assim, o diálogo com outros saberes, o que, para Santos (2009), resultou em um "epistemicídio". Este consiste na anulação, desqualificação e deslegitimação das formas de conhecimento locais, em nome da imposição de uma racionalidade exclusiva e excludente, atrelada ao processo eurocêntrico de modernidade/colonialidade (SANTOS, 2009).

Como crítica a essa sistemática marginalização dos saberes divergentes, nas últimas décadas, houve uma significativa transformação de abordagem, pautada no reconhecimento da diversidade epistemológica. Alguns autores, como Santos (2009), referem-se a essa diversidade como "epistemologias do Sul", que traduzem um conjunto de abordagens teóricas oriundas de contextos não ocidentais, especialmente daqueles historicamente afetados pelo colonialismo e pela dominação. Essas epistemologias partem de um diálogo horizontal entre os conhecimentos, denominadas por "ecologia dos saberes" (SANTOS, 2009).

Um dos marcos teóricos responsáveis por promover uma verdadeira revolução no campo das Ciências Sociais foi a conceituação da categoria de colonialidade, que permitiu uma nova compreensão da estrutura social e epistêmica do sistema-mundo capitalista moderno/colonial. Essa categoria, introduzida pelo sociólogo Aníbal Quijano, concede um novo sentido ao colonialismo ao implementar a noção de "raça" como base para a compreensão do poder global capitalista. Dessa forma, o racismo passa a ser compreendido como parte constitutiva e indissociável da divisão internacional do trabalho e da acumulação capitalista em escala mundial.

O conceito de colonialidade, desenvolvido por Aníbal Quijano, foi fundamental para a formação do grupo latino-americano e americanista Modernidade/Colonialidade, composto por uma rede de intelectuais e pesquisadores cujo objetivo era investigar as interconexões entre modernidade, colonialidade e capitalismo. Esse grupo surgiu como uma resposta crítica à visão hegemônica da modernidade, frequentemente entendida como um processo linear de progresso e desenvolvimento, dissociado das dinâmicas de exploração e dominação do colonialismo.

A principal contribuição teórica do grupo reside na crítica ao mito de que o fim do colonialismo resultaria na descolonização global. Para Quijano (2014), a colonialidade não terminou com a independência política das colônias; ela permanece sendo perpetuada no mundo moderno por meio de um movimento inacabado de dominação direta, política, social e cultural, denominado por ele de colonialidade. Esta, constitui no principal arcabouço de exploração e dominação do poder no mundo global, e se expressa em pelo menos três dimensões principais: a colonialidade do poder, que se manifesta pela subordinação promovida pelo padrão mundial capitalista; a colonialidade do saber, que evidencia um conhecimento eurocêntrico neutro, universal, racional e objetivo; e a colonialidade do ser, que reafirma a noção de superioridade natural europeia (QUIJANO, 2014).

A pretensa superioridade do saber europeu, que se coloca como legítima e universal sobre diversos campos da vida — política, cultural, econômica e epistemológica — é um dos pilares centrais da colonialidade do poder. No contexto do sistema-mundo colonial/moderno, essa colonialidade resultou na sistemática exclusão e silenciamento dos saberes e modos de vida dos povos subalternizados. A imposição da racionalidade europeia como única forma válida de conhecimento marginalizou outras cosmologias, epistemologias e formas de organização social.

O que aponta que todo conhecimento está sempre situado, seja no lado dominante ou no lado subalterno das relações de poder. Isso implica reconhecer que estar posicionado no lado subalterno não significa, automaticamente, que o indivíduo ou grupo pense a partir dessa perspectiva. O sucesso do sistema-mundo capitalista colonial moderno está precisamente na sua capacidade de levar os sujeitos oprimidos a adotarem a perspectiva epistemológica dos dominantes (GROSFOGUEL, 2009).

De acordo com Grosfoguel (2009), essa hierarquização de povos e saberes ao longo da história pode ser claramente observada na caracterização de "povos sem escrita" no século XVI, "povos sem história" nos séculos XVIII e XIX, "povos sem desenvolvimento" no século XX, e, mais recentemente, "povos sem democracia" no século XXI" (GROSFOGUEL, 2009, p. 388). A narrativa de subalternização serviu para legitimar as relações de dominação colonial, consolidando uma ordem mundial que ainda perpetua profundas desigualdades entre o Norte e o Sul globais, bem como entre o conhecimento hegemônico e os saberes locais.

Essa crítica à suposta neutralidade do saber europeu abre espaço para repensar as formas de conhecimento e valorizar outras epistemologias que foram historicamente invisibilizadas e subalternizadas. Ao desconstruir esse mito, torna-se possível estabelecer um diálogo mais horizontal entre diferentes formas de conhecimento, rompendo com a lógica colonial que privilegia o saber ocidental em detrimento de outras formas de compreensão do mundo.

A modernidade, tal como foi construída, dependeu da exploração e subjugação de povos colonizados, estabelecendo uma estrutura de poder global que perpetua essas desigualdades.

Portanto, ela não deve ser vista apenas como uma fase histórica, mas como um fenômeno intrinsecamente vinculado à colonialidade e às suas hierarquias raciais, culturais e sociais. Diante disso, torna-se essencial repensar criticamente a modernidade a partir de uma epistemologia de fronteira, que leve em conta as experiências geopolíticas e históricas.

Esse reconhecimento tem implicações profundas para o campo do conhecimento, tanto no processo de descolonização do sistema-mundo, que envolve a desconstrução das estruturas coloniais ainda vigentes, quanto na legitimação das perspectivas subalternas. Isso possibilita a construção de um conhecimento muito mais plural, inclusivo e amplo (GROSFOGUEL, 2009).

Uma genealogia colonial e pós-colonial do planejamento

As cidades e suas dinâmicas de urbanização, ao concentrarem as duas esferas de reprodução social: o capital e a força de trabalho, constituíram-se em um elemento-chave da dinâmica capitalista. O pensamento urbanístico emerge nesse contexto, como uma forma de garantir e potencializar os mecanismos de extração de valor e crescimento econômico.

No Brasil, as cidades foram historicamente concebidas a partir de uma perspectiva ditada pelo Norte Global, o que pode ser percebido desde os primeiros povoados urbanos portugueses até as recentes práticas de planejamento estratégico Catalão. Portanto, refletir sobre a constituição do planejamento urbano, em países colonizados como o Brasil, significa analisar criticamente a matriz eurocêntrica na qual ele está fundamentado. Nesse contexto, o pensamento decolonial e suas dissidências apresentam-se como importantes arcabouços teóricos para evidenciar o sistema de sustentação da hierarquização epistêmica moderna. Assim, promovem a desconstrução das narrativas hegemônicas, bem como a valorização e legitimação de outras formas de conhecimento, especialmente frente ao atual contexto de crise global, quando repensar as formas de ser e estar no território tornou-se imprescindível.

O que está em jogo não é a produção de uma nova história “oficial” do planejamento, muito pelo contrário, trata-se de sua compreensão no sentido mais amplo, a partir de uma pluralidade de histórias e interpretações, neste caso, com especial foco nos saberes dos povos subalternizados.

A obra *Making the Invisible Visible: A Multicultural Planning History*, editada por Leonie Sandercock, é uma das referências teóricas que propõe o tensionamento da história “oficial” do planejamento urbano. Segundo a autora, existem duas deficiências básicas de abordagem que estão relacionadas às correntes históricas dominantes. A primeira refere-se ao objeto da história do planejamento e a segunda, aos seus sujeitos. Ao definir o planejamento enquanto profissão, compreende-se que essa prática só pode ser exercida por aqueles qualificados como "profissionais", tornando-o sinônimo da ascensão heroica da profissão, de suas grandes figuras e realizações.

No entanto, ao definir o planejamento como construção de comunidade, cria-se a possibilidade de um conjunto de narrativas muito mais inclusivas e com uma história significativamente mais longa do que a da profissão. Essa segunda vertente tem ganhado cada vez mais espaço, evidenciando o protagonismo de povos invisibilizados e suas tradições alternativas de planejamento. São histórias feministas, pós-coloniais, étnicas, culturais, entre outras, que exercem um importante papel na recuperação dos atores silenciados e na mudança do centro de gravidade epistemológico.

Embora o planejamento tenha sido historicamente associado à tradição de construção da cidade e da nação por meio do Estado, sempre houveram tradições alternativas, muitas vezes em oposição a ele. Para Sandercock (1998), existem três grandes razões pelas quais a tradição de construção de comunidade tem sido historicamente ignorada. A primeira refere-se ao racismo, que por muito tempo foi silenciado. A segunda à diferença do enfoque entre a tradição de planejamento dominante e a de construção de comunidade. Pois enquanto a primeira baseava-se em moldar o ambiente físico na tradição de construção da cidade, a segunda estava focada nas preocupações econômicas, no trabalho social, na prestação de serviços urbanos e na política coletiva. A terceira razão refere-se ao fato de que a história da construção da comunidade não glorifica o papel dos profissionais de planejamento; ao contrário, evidencia a capacidade das pessoas comuns de planejar (SANDERCOCK, 1998).

Libby Porter (2010), embora concorde com essa abordagem crítica, concentra sua reflexão na descolonização do planejamento. Aqui, o foco central está justamente nas raízes coloniais tanto da teoria quanto da prática do planejamento e suas implicações opressivas para a sociedade. Para a autora, as dinâmicas multiculturais do planejamento insistem em ignorar uma questão fundamental: a cultura. Uma vez que o planejamento não apenas organiza o espaço físico, mas também molda e transforma identidades e relações de poder por meio de culturas espaciais que excluem certas identidades e legitimam outras.

Portanto, a questão central não reside meramente na inclusão de outros atores enquanto planejadores, embora isso seja necessário. Trata-se de compreender como o planejamento é construído discursivamente e se impõe sobre os espaços vividos. Ou seja, quais elementos estabelecem uma cumplicidade entre o planejamento e a estrutura colonial para que, a partir daí, se possam revertê-los.

Para Porter (2010), as origens do planejamento urbano costumam estar associadas a duas grandes categorias: a do "desenvolvimento progressivo" e a da "política-economia". Enquanto a primeira associa o início do planejamento às necessidades provocadas pelo rápido processo de urbanização, a segunda o compreende como um mecanismo a serviço do Estado, utilizado para resolver os conflitos subjacentes ao desenvolvimento urbano capitalista. Ambas as perspectivas, segundo ela, tendem a ignorar as desigualdades históricas e as estruturas de poder. Porter (2010) desloca as

teorias e histórias do planejamento do centro imperial para as antigas colônias, que, na realidade, foram verdadeiros laboratórios da modernidade. Pois para ela, o planejamento territorial começou a ser desenhado nos territórios coloniais muito antes da instituição da ciência do planejamento. Nesse sentido, um dos primeiros trabalhos realizados foi a hierarquização como forma de dimensionar e espacializar os corpos nas colônias. Que consistia em determinar certos tipos de pessoas como primitivas e outras como civilizadas para possuir terras. Em paralelo, foram utilizados mecanismos de reforço dessa estrutura como a construção de mapas cadastrais, que tornavam o território legível, racional e conquistável. Desse modo, a terra foi colonizada e (des)possuída por meio de práticas que hoje são denominadas planejamento. Isso aponta para uma grande cumplicidade entre o planejamento territorial e as práticas de despossessão e diferenciação utilizadas pelos colonizadores (PORTER, 2010).

Cada vez mais, estudos apontam que o planejamento, historicamente associado a uma suposta racionalidade e neutralidade, consiste na realidade, em uma prática política, social e cultural. Além dos autores supracitados, diversos outros pesquisadores vêm atuando significativamente na direção de uma pluralidade no campo do planejamento urbano, como Ananya Roy (2005), Oren Yiftachel (2009), Vanessa Watson (2006), John Friedman (1987) e Miraftab (2016), entre outros. Esses autores representam a consciência subalterna como uma racionalidade própria, submetida a apagamentos pelas estruturas de poder. Ambos evidenciam suas preocupações quanto a justiça social e espacial, com foco em modelos alternativos de planejamento que sejam mais inclusivos, participativos e adaptados às realidades locais.

Considerações finais

A partir das exposições apresentadas, é possível destacar importantes contribuições do pensamento decolonial para o debate sobre Planejamento Urbano. Primeiramente, é fundamental resgatar a categoria de colonialidade, conforme descrita por Aníbal Quijano, que confere um novo significado ao colonialismo ao implementar a noção de "raça" como base para a compreensão do poder no capitalismo global. Assim, o racismo é entendido como parte estruturante das relações de dominação, que continuam a ser impostas mesmo após o fim formal do colonialismo.

O campo epistemológico é uma das esferas em que a colonialidade se manifesta, exercendo-se por meio da hegemonia epistêmica do Norte sobre o Sul. A racionalidade europeia, ao se impor como o saber único e universal, resulta na sistemática exclusão e silenciamento dos saberes e modos de vida dos povos subalternizados. Esse processo de desqualificação e deslegitimação dos conhecimentos, em favor de uma racionalidade exclusiva e excludente, configura o que Boaventura de Sousa Santos (2009) denomina por "epistemicídio".

Grande parte dos problemas atuais podem ser vistos como reflexos tangíveis da hegemonia do modelo epistêmico ocidental no sistema-mundo moderno/colonial. Há inúmeras relações empíricas que estabelecem relações entre a colonialidade global e a formação dos territórios no sistema-mundo. Recentemente, essa relação começa a ser ainda mais amplamente aprofundadas nos estudos urbanos e territoriais. A compreensão da dimensão espacial da colonialidade, a partir da perspectiva da modernidade/colonialidade, permite observar que as dinâmicas do ambiente construído são moldadas pela hegemonia epistêmica ocidental e, portanto, precisam ser repensadas criticamente.

No âmbito do Planejamento Urbano, que teve sua histórica fortemente vinculada aos paradigmas eurocêntricos, essas estruturas de poder coloniais foram ainda mais reforçadas, sobretudo através da exclusão e marginalização dos saberes e práticas dos povos subalternizados. A descolonização do Planejamento envolve mais do que simplesmente incluir novos atores, implica questionar criticamente as estruturas e os discursos que perpetuam as relações coloniais. Isso requer a redefinição das práticas e teorias de planejamento a partir de uma perspectiva que legitime saberes locais e subalternizados. Entretanto, o objetivo aqui não é criar uma nova prática hegemônica, mas compreender o planejamento, em um sentido mais amplo, baseado em uma pluralidade de histórias e interpretações.

Na perspectiva brasileira, a aplicação dessa narrativa significa a inclusão de saberes de povos indígenas, quilombolas, populações situadas nas periferias urbanas, nas zonas rurais, que sempre foram objeto da imposição de modelos e práticas hegemônicas. A investigação, recuperação e legitimação desses saberes podem oferecer contribuições valiosas para repensar o planejamento do espaço de forma mais ampla e inclusiva, associado às experiências históricas locais de povos subalternizados, que sempre apresentaram formas próprias de organização social e territorial. Em síntese, o texto propõe uma análise crítica das bases hegemônicas de produção de conhecimento e de planejamento urbano, enfatizando a necessidade de descolonização desses campos para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, que reconheça e valorize a pluralidade de saberes e práticas.

Referências bibliográficas

FRIEDMAN, John. *Planning in the public domain: from knowledge to action*. Princeton: Princeton University Press, 1987.

GROSGUÉL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina, 2009. p. 383-418.

- LIBBY, Porter. *Unlearning the colonial cultures of planning*. Aldershot: Ashgate, 2010.
- MIRAFTAB, Faranak. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 18, n. 3, p. 363-377, set./dez. 2016. Disponível em: <https://goo.gl/iDAsoR>. Acesso em: 4 out. 2024.
- QUIJANO, Aníbal. *Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonización del poder*. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2014.
- ROY, Ananya. Urban informality: toward an epistemology of planning. *Journal of the American Planning Association*, v. 71, n. 2, p. 147-158, 2005. Disponível em: <https://goo.gl/xyv1Lk>. Acesso em: 4 out. 2024.
- SANDERCOCK, Leonie. Introduction: framing insurgent historiographies for planning. In: SANDERCOCK, Leonie (Org.). *Making the invisible visible: a multicultural planning history*. Berkeley: University of California Press, 1998. p. 1-33.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina, 2009. Introdução, p. 9-19.
- WATSON, Vanessa. 'The planned city sweeps the poor away...': urban planning and 21st century urbanisation. *Progress in Planning*, v. 72, n. 3, p. 151-193, 2009.
- YIFTACHEL, Oren. Critical theory and 'grey space': mobilization of the colonized. *City*, v. 13, n. 2-3, p. 246-263, 2009.